

SINDICALIZADAS RURAIS E ATIVISTAS POLÍTICAS: UMA NOVA FACE DO EMPODERAMENTO DA MULHER NO MEIO RURAL

Érika Oliveira Amorim, Mestranda em Extensão Rural – bolsista CAPES

Universidade Federal de Viçosa – UFV

Avenida Peter Henry Rolfs, s/n

Campus Universitário – Departamento de Extensão Rural

36570-000 VIÇOSA – MG

erikaoamorim@hotmail.com

Maria Simone Euclides, Mestranda em Extensão Rural – bolsista CAPES

Universidade Federal de Viçosa – UFV

Avenida Peter Henry Rolfs, s/n

Campus Universitário – Departamento de Extensão Rural

36570-000 VIÇOSA – MG

simoneeuclides@yahoo.com.br

Ana Louise de Carvalho Fiúza, Professora do Departamento de Extensão Rural

Universidade Federal de Viçosa – UFV

Avenida Peter Henry Rolfs, s/n

Campus Universitário – Departamento de Extensão Rural

36570-000 VIÇOSA – MG

louisefiuz@ufv.br

GRUPO DE TRABALHO: GT-4 - Família, gênero e geração

OBJETO DE REFLEXÃO: Relações de gênero no meio rural, empoderamento de mulheres sindicalizadas / ativistas políticas no meio rural.

SITUAÇÃO EMPÍRICA: Este artigo foi produzido através de referencial bibliográfico trabalhado nas disciplinas oferecidas pelo programa de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa.

DEFINIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE NA TEMÁTICA DO GT-4:

Hoje a causa da mulher tem sido incorporar habilidades que permitam ocupar novo espaço na sociedade com melhorias das condições sociais de existência. A valorização do tema voltado para a democracia de gênero tem intensificado estudos e discussões nas últimas décadas em praticamente todos os países do mundo ocidental e, principalmente, na América Latina. De forma geral, esses estudos têm iluminado a produção no campo da Sociologia principalmente em se tratando de enfoques sobre o empoderamento da mulher em suas várias problemáticas e abordagens.

Este artigo pretende analisar a perspectiva de empoderamento entre mulheres sindicalizadas e ativistas políticas tentando compreender se tais políticas e ações de

organizações públicas e privadas geram formas de empoderamento para trabalhadoras rurais. Visa contribuir para os debates no **Grupo de Trabalho Família, Gênero e Geração**, através da reflexão acerca do reconhecimento da mulher como trabalhadora e suas implicações nas relações no espaço doméstico com o objetivo de construir uma nova identidade da mulher rural, não só como responsável pelos papéis que lhe são tradicionalmente atribuídos, como esposa e mãe, mas como trabalhadora politicamente atuante, discutindo a desigualdade de gênero e, dessa forma, entendendo e superando outras desigualdades como o acesso à terra e à políticas públicas, a redistribuição de renda, a violência praticada contra a mulher e a conquista de direitos individuais.

INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, apesar de todas as transformações ocorridas na condição feminina, muitas mulheres ainda não podem decidir sobre suas vidas e reproduzem comportamentos de uma sociedade patriarcal.

Nesse sentido, propomos neste texto a discussão da questão do empoderamento de mulheres sindicalizadas e ativistas políticas tentando compreender se tais políticas e ações de organizações públicas e privadas geram formas de empoderamento para trabalhadoras rurais.

Compreender a questão do poder e, de forma especial, do poder nas relações de gênero, representa importância fundamental para inserção da mulher num projeto político no qual estariam presentes aspectos de mobilização coletiva aliados à construção de uma nova identidade social da mulher rural pautada em conteúdos econômicos, políticos, sociais e culturais.

OBJETO DE REFLEXÃO

A subordinação e a exclusão das mulheres em várias formas de direito ocorrem há tempos. Atinge a participação em processos eleitorais (o Brasil só possibilitou esse direito na década de 30), a falta de reconhecimento de sua força de trabalho, a luta por direitos previdenciários, o direito à propriedade da terra e o acesso à políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. O empoderamento¹ poderia significar a capacidade de fazer representar sua visão de mundo dentro de espaços democráticos e participativos, tais como organizações e sindicatos. Conforme define Deere e León (2002) o empoderamento implica a “alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição

¹ A noção de empoderamento vem sendo utilizada desde a década de 70, quando surgiu em meio aos movimentos sociais, e nos últimos anos o termo passa a ter abordagem no campo ideológico de desenvolvimento tanto nas relações sociais, como políticas e cognitivas (relações e ideologias de gênero).

subalterna da mulher” e pode ser percebido nas dimensões econômicas, sociais e políticas representando perspectivas como aumento de renda, melhoria na qualidade de vida, capacidade de questionamento de sua posição de submissão e ampliação na sua participação no poder.

Deere e León (2002) ao analisarem o conceito de empoderamento estabelecem diferenciações entre “poder sobre, poder para, poder com e poder de dentro” nas quais consideram que os três últimos representam formas positivas de poder capazes de abrir possibilidades e ações sem a dominação que é representada pelo “poder sobre” permitindo que o poder seja compartilhado (“poder com”) estimulando o afloramento do poder interior (“poder de dentro”) que é relacionado à auto-estima e dessa forma, resiste ao poder exercido por outros e rejeita a subordinação da mulher.

A partir do momento em que a mulher desafia relações familiares patriarcais criando espaço para novas abordagens e perspectivas através do empoderamento está implicando em mudanças não só em suas próprias experiências, mas também nas de seus companheiros e de sua família e na construção de uma nova identidade. No processo de construção dessa nova identidade da mulher rural a mobilização em organizações políticas permite reconhecer sua participação política corrigindo a visão subalterna de sua atuação sindical e dando fim a invisibilidade da participação feminina na produção.

A luta pela ampliação da cidadania das mulheres rurais tem sido marcada pela busca por maior democracia de gênero. A fim de justificar a legitimidade dessas reivindicações, enfatiza-se o papel econômico que as mulheres desempenham nas unidades de produção familiares, especialmente no que se refere às mulheres trabalhadoras rurais. Grande parte da população rural feminina acumula funções reprodutivas e produtivas nas quais a inserção na produção constitui um prolongamento das atividades domésticas. Essas funções representam posições de subordinação dentro da organização familiar conforme afirma Carneiro (1995)

“a luta contra a “dupla subordinação” a que elas estão sujeitas dentro da sociedade capitalista seria neutralizada pelas relações familiares de produção onde a posição subordinada da mulher não seria definida por uma relação de trabalho, mas por uma situação decorrente da relação conjugal.” (p. 49)

A imagem tradicional que torna invisível o trabalho feminino e a contribuição econômica da mulher no campo fica evidente quando sua atuação é tida apenas como auxílio ou complemento dentro da organização familiar, o que ocorre na maioria dos casos. Essa subordinação reforça o caráter patriarcal no qual a sociedade brasileira se insere.

Tais caracterizações são o reflexo da divisão sexual do trabalho no qual a imagem do homem encontra-se relacionada ao que é tido como produtivo enquanto a mulher se reserva aos espaços reprodutivos.

De acordo com Nobre et al. (2005) e Pacheco (2009), ainda hoje, a divisão sexista do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, enfim, tudo que se associa ao mercado) e as mulheres pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta, e dos pequenos animais, tudo que é feito para uso e consumo próprio, além da reprodução da própria família, pelo nascimento e cuidado dos herdeiros).

Nos estudos brasileiros sobre o campesinato, essa divisão se expressou na oposição entre casa e roçado. No roçado encontra-se a figura do pai (chefe de família). Fato considerável é que a mulher e os filhos, quando também trabalham nestes espaços, são caracterizados pelo termo de ajuda e não são reconhecidos como também integrantes do trabalho produtivo (BRUMER 2004; NOBRE 2005). Além disso, o trabalho realizado pelas mulheres, especialmente nos quintais, muitas vezes é visto como extensão de seu papel feminino (NOBRE et al, 2005); PACHECO (2009).

O sistema de valores produzido pela sociedade e reproduzido nas relações familiares afirma a situação de dupla exploração da força de trabalho feminino e legitima a inserção da mulher na produção sem questionar a divisão sexual do trabalho doméstico. A mulher do meio rural sempre esteve historicamente ligada ao trabalho doméstico e ao trabalho de subsistência e sentiu a necessidade de adaptar às novas relações de trabalho e diante dessas novas funções externas e internas à família, a mulher rural passou a criar uma nova identidade e redefinir papéis no núcleo familiar. A mobilização política passou a ser um meio de construir a nova identidade da mulher rural e como afirma Carneiro (1995) é vista como um meio de conferir visibilidade a sua participação na produção:

“Mobilizando-as para a luta por interesses comuns advindos, principalmente, da condição de produtora, a organização política torna-se uma das etapas, talvez a mais importante, do processo de elaboração da nova identidade feminina.” (p.51)

A participação política legitimando seu reconhecimento como trabalhadora aproxima sua imagem à do homem e dessa forma contribui para mudanças na representação social da mulher, antes restrita às funções de esposa e mãe, além de representar a ruptura com o isolamento decorrente das formas de produção familiar no campo intensificando práticas organizativas.

Os movimentos sociais rurais têm favorecido o acesso das mulheres a direitos e a políticas públicas. As primeiras organizações de mulheres rurais datam do início dos anos

1980 incentivadas pela Igreja Católica, sindicatos e partidos políticos. Quando foram realizados os primeiros encontros voltados à discussão da participação da mulher em movimentos sociais observou-se que a participação das mesmas nesses encontros se dava através da participação dos respectivos maridos e/ou familiares² e essa participação, segundo Carneiro (1994) não era motivada por reivindicações específicas de sua condição de mulher, mas integrava o conjunto de lutas de sua categoria social contra a exploração ou contra a expropriação e nesse momento, as distinções de gênero³ não importavam.

A resistência à exploração e a expropriação a qual estão submetidas às mulheres rurais se traduz na busca de novos caminhos e identidades que influenciam na construção social da identidade feminina e no processo político pela conquista dos direitos da mulher rural como trabalhadora. Em propriedades familiares rurais é praticamente indissociável o trabalho doméstico do trabalho produtivo. O reconhecimento da jornada que acumula as funções de trabalhadora, esposa e mãe, tem distinguido a participação das mulheres nos movimentos sociais.

Estudos recentes de organizações femininas realizadas tanto na região Nordeste do Brasil quanto do Sul, apesar de aspectos distintos em suas bases sociais por se tratarem de regiões com características próprias, comprovam que as reivindicações são as mesmas: direitos aos benefícios sociais como aposentadoria aos 45 anos, auxílio natalidade, seguro para acidente de trabalho e direito à sindicalização, além do reconhecido como “trabalhadoras” em detrimento à designação de “doméstica”. É oportuno o trabalho realizado por Carneiro (1994) onde são enfatizados os movimentos da Paraíba e de Pernambuco, e o do Rio Grande do Sul, conhecido como “Movimento das Margaridas:

“As nordestinas, em geral, não vêem o trabalho na lavoura como um “trabalho” feminino. Elas se utilizam da categoria “ajuda” para designar essas atividades e reconhecem como seu espaço próprio a casa e suas atividades “naturais”, aquelas voltadas para a reprodução dos membros do grupo doméstico.

Entre as “Margaridas do Sul” destacam-se as lutas pelo preço justo do produto, pelo direito a se associarem às cooperativas com o respectivo controle sobre a comercialização das mercadorias por elas produzidas (o leite, principalmente)

² Segundo P. C. Giuliani, a trajetória sindical das trabalhadoras rurais é iniciada, geralmente, pela mediação de familiares de quem obtêm as primeiras referências sobre o sindicato, ao contrário das trabalhadoras urbanas que tomam conhecimento da entidade através de companheiros de trabalho (cf. P. C. Giuliani. “Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do NE”, 1976-86, In: A. O. Costa e C. Bruschini (orgs.): *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo, F. Carlos Chagas/Vértice, 1989, p. 255-300.

³ Gênero refere-se a uma categoria social e política que, apesar de apoiada nas diferenças biológicas entre os sexos, é definida social e culturalmente contemplando os papéis sexuais, a divisão sexual do trabalho e as construções ideológicas de masculinidade e feminilidade. (Cf. León, M. “Política agrária en Colombia y debate sobre políticas para la mujer rural”. In: M. León e C. D. Deere [orgs.] *La mujer y la política agraria en America Latina*. Bogotá, Siglo Veintiuno /ACEP, 1986.)

pela divisão mais equilibrada das tarefas domésticas através de uma mudança qualitativa na educação dos filhos tanto em casa quanto na escola, por uma política agrícola voltada aos interesses dos pequenos produtores e reivindicação mais puramente feminista, o repúdio à utilização do corpo da mulher em propagandas” (p.51)

A mobilização das mulheres rurais em movimentos reivindicatórios representa uma estratégia para garantir direitos a benefícios sociais mínimos, como a aposentadoria e o salário-maternidade. Mas esses movimentos também abarcam outras demandas, como a defesa dos direitos de propriedade, redistribuição de renda e o reconhecimento da profissão de agricultora em detrimento da classificação como doméstica. Da mesma forma essas demandas acabam se tornando contraditórias conforme analisa Carneiro (1994) porque a mulher quer ser reconhecida como trabalhadora ao mesmo tempo em que deseja dedicar-se exclusivamente às atividades domésticas.

“Há aqui uma contradição entre a categoria trabalhadora, qualificando identidade construída ao longo de um processo político, e as categorias que nomeiam a identidade de gênero: mãe e esposa”. (p. 53).

Ligada à intervenção de agentes externos como organizações não governamentais, sindicatos ou organizações feministas, a noção de empoderamento representa mudanças das condições sociais de mulheres através da ruptura dos processos de subordinação a que estão sujeitas integrando processos sociais dinâmicos que possibilitam o acesso a recursos e até mesmo a uma nova identidade capaz de inseri-las em outros tipos de relações de dominação social como movimentos sociais ou agentes externos construindo uma nova face da mulher rural.

As pesquisadoras feministas Virginia Vargas, Saskia Wieringa e Geertje Lyclama (1996) denominaram três grupos de agentes sociais como “o triângulo do empoderamento”: mulheres participantes nos movimentos sociais (rurais e urbanos), mulheres no Estado e mulheres na política formal. A esses três agentes, as autoras Deere e León (2002) sugerem mais um participante a ser integrado: os órgãos internacionais, tendo em vista que, segundo essas autoras:

“Os órgãos internacionais têm também um papel importante por intervirem em momentos políticos decisivos em favor dos direitos da mulher à terra em alguns países ”. (p. 243)

Os órgãos internacionais contribuem para o processo de empoderamento da mulher na medida em que fortalecem as organizações e promovem mudanças na legislação. Para que o “triângulo de empoderamento” possa implementar políticas progressivas quanto ao gênero é preciso que mantenha constante pressão sobre o Estado.

Tanto as mobilizações em torno de reforma agrária quanto dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais possibilitam melhores condições econômicas, sociais e

culturais que fazem parte do processo de empoderamento da mulher. A identidade feminina no campo está sempre relacionada à terra e à família e sustenta a lógica da organização social no contexto no qual está inserida e representa condições para um projeto político no qual estariam presentes aspectos de mobilização coletiva aliados à construção de uma nova identidade social da mulher rural pautada em conteúdos econômicos, políticos, sociais e culturais.

OBJETIVOS

Este artigo pretende analisar a perspectiva de empoderamento entre mulheres sindicalizadas e ativistas políticas acreditando que tais políticas e ações de organizações públicas e privadas geram novas perspectivas de poder para trabalhadoras rurais. Dessa forma, busca identificar como o reconhecimento da mulher rural como trabalhadora pode alterar as relações no espaço doméstico e de que forma o acesso às esferas de representação coletiva pode contribuir para a construção de novas identidades femininas no campo.

MÉTODOS DE TRABALHO

Mediante o processo de reestruturação do rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, tornam-se cada vez mais relevantes as pesquisas acadêmicas voltadas para as questões rurais.

A busca pela compreensão e explicação das ressignificações que surgem no meio rural perpassa o quadro das ciências sociais, especialmente o âmbito da Antropologia e da Sociologia tendo como base o trabalho feminino rural.

O principal aspecto desta pesquisa refere-se ao trabalho teórico, que acontece com aprofundamento bibliográfico sobre os principais debates acerca do tema, trabalhado nas disciplinas oferecidas pelo programa de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa.

Outro aspecto metodológico da pesquisa se refere aos instrumentos, às técnicas e métodos utilizados. Considerando que o estudo analisa diferentes tipos de grupos, verificando similitudes e divergências, o método Comparativo permite analisar dados concretos, abstratos e gerais aliado ao método Estruturalista desenvolvido por Lévi-Strauss, que conforme LAKATOS & MARCONI (2006)

“(...) parte da investigação de um fenômeno concreto, eleva-se, a seguir, ao nível abstrato, por intermédio da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo, retornando, por fim, ao concreto, dessa vez como uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social.”(p. 95)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres rurais engajadas em movimentos sejam eles autônomos, sindicais ou ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), se preparam para entrar no espaço público discutindo a desigualdade de gênero e, dessa forma, entendendo e superando outras desigualdades. Questões como acesso à terra e à políticas públicas, redistribuição de renda, violência praticada contra a mulher e conquista de direitos individuais pluralizam a luta e contribuem para a construção de uma nova face da mulher no meio rural. Os movimentos de mulheres rurais exercem papel fundamental nas mudanças culturais reconhecendo, de fato, as mulheres como atores sociais e políticos.

Dessa forma essas discussões permitem vislumbrar um novo espaço da mulher na sociedade com melhorias das condições sociais de sua existência.

Corrigir heranças culturais e institucionais implica em mobilização e, nos últimos anos, diversas medidas foram tomadas em resposta às reivindicações dos movimentos sociais de trabalhadoras rurais. A participação ativa é que fará o reconhecimento necessário para ampliar a cidadania das mulheres e sustentar uma cultura de igualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRUMER, Anita. **“O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho”**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 8, v. 3, p. 20-38, out. 1988.

BRUMER, Anita. **“Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul”**. In: Revista Estudos Feministas, v. 12, n.1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

BRUMER, Anita; FREIRE, Nádya Maria Schuch. **“O trabalho da mulher na pequena produção agrícola”**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984.

CARNEIRO, Maria José. **Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo**. 1981. ANPOCS

CARNEIRO, Maria José. **A pluriatividade na agricultura familiar**. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 19, outubro, 176-183, 2002.

CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero**. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 2, junho, 11-22, 1994

CARNEIRO, Maria José. **Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar?** In.: Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Associação PIPSA. Anais

do XVII Encontro Nacional. Vol. 1. Prog. Pós-grad. Sociologia / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRS. Porto Alegre, 1995.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades: novas identidades em construção**. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura. N 11, 1998.

CARNEIRO, Maria José e TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Mulher rural nos discursos dos mediadores**. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 05, novembro, 45-57, 2005.

DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. 10ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: FAPESP, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

HEILBORN, Maria Luíza. "Fazendo gênero? A Antropologia da mulher no Brasil". In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 93-126.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAPLAN, Abraham. **A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento**. São Paulo: Herder: Edusp, 1969. Capítulo 9.

LAKATOS, E.M., e MARCONI, M. de A., **Metodologia Científica**, São Paulo, Editora Atlas, 2006 (4ª edição).

LAVINAS, Lena. **A força de trabalho feminina na agricultura: marchas e contramarchas**. 1988. ANPOCS

LAVINAS, L., CAPPELLIN, P.G. "Gênero e Classe: Mulheres Trabalhadoras Rurais". In: Mulheres Trabalhadoras Rurais participação e luta sindical. CUT, 1991.

LOBO, Elisabeth Souza. "O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho". In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 252-265.

LOPES, Adriana; ZARZAR, Andréa Butto. **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008

MARTINS, José de Souza (org.). **O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural**. In: Revista Estudos, Sociedade e Agricultura, n 15, 2000.

MEENTZEN, Ângela; GOMÁRIZ, Enrique. **Democracia de Gênero. Una propuesta para mujeres y hombres del siglo XXI**. Fundación Heinrich Böll, Costa Rica, 2000.

NOBRE, M.; FARIA, N.; SILVEIRA, M. L. **Feminismo e Luta das Mulheres: análises e debates**. SOF: São Paulo, 2005.

PACHECO, M. E. L. **Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero**. Disponível em <www.territoriosdacidadania.gov.br/o/899547>. Acesso em 25/02/2010.

PAULILO, Maria Ignez S. **Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise**. In: *Revistas Estudos Feministas*, Florianópolis, 2004.

PINTO, Céli R. "**Movimento sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político**". In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. "**Rearticulando gênero e classe social**". In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAFFIOTI, Heleieth, FERRANTE, Vera B. **Trabalhadoras rurais: exclusão e contradição**, 1982. ANPOCS

STOLCKE V. **Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

VARGAS, V; WIERINGA, S; LYCLAMA, G. Introducion. In: VARGAS, V; WIERINGA S; LYCLAMA, G. (org.). **El triángulo del empoderamento**. Bogotá: Tercer Mundo, 1996.